



**INSTITUTO HIDROGRÁFICO**  
**CONSULTA PRÉVIA N.º 101/IT/2025**

**AQ-MOB-2021**

**ACORDO-QUADRO MOBILIÁRIO (MOB)**

---

**AQUISIÇÃO DE MESAS E CADEIRAS PARA A SALA DO CONSELHO CIENTÍFICO**

---

**CADERNO DE ENCARGOS**

**Despacho de Aprovação:**

Aprovo, ao abrigo da Resolução N.º 21/2023, do Conselho Administrativo do Instituto Hidrográfico de 14 de novembro, conjugado com os artigos 36.º, 38.º e 40.º do Código dos Contratos Públicos.

O Diretor Financeiro

Paulo Martins Gonçalves  
CFR AN

**CADERNO DE ENCARGOS RELATIVO A CONTRATOS  
DE AQUISIÇÃO DE BENS  
*Consulta Prévia n.º 101/IT/2025***

**CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Artigo 1.º | Objeto**

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a ***aquisição de mesas e cadeiras para a sala do Conselho Científico.***

**Artigo 2.º | Contrato**

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
  - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
  - c) O presente Caderno de Encargos;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Nos termos do artigo 96.º, conjugado com o artigo 290.º-A do CCP, será designado um gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
5. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

**Artigo 3.º | Duração e vigência do Contrato**

O contrato mantém-se em vigor até ao fornecimento dos bens ao contraente público em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

---

## **CAPÍTULO II – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS**

### **SECÇÃO I - Obrigações do Adjudicatário**

#### **Artigo 4.º | Obrigações principais do adjudicatário**

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o fornecedor a obrigação de fornecer fardamento para equipas de campo.

#### **Artigo 5.º | Fases do fornecimento dos bens**

Caso aplicável, os bens associados ao objeto do contrato compreendem a fase de manutenção e assistência técnica.

#### **Artigo 6.º | Prazo de fornecimento dos bens**

O fornecedor dos bens obriga-se a fornecer os mesmos ao contraente público em conformidade com todos os elementos referidos nos Anexos ao presente caderno de encargos, no prazo máximo de 10 dias úteis após a formalização da adjudicação, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

#### **Artigo 7.º | Entrega dos bens objeto do contrato**

1. Os bens objeto do contrato devem ser entregues no local designado pelo Instituto Hidrográfico na respetiva requisição.
2. O adjudicatário obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos bens objeto do contrato, o seguinte:
  - a) Toda documentação que seja necessária para a boa e integral utilização daqueles;
  - b) Certificados de origem e de conformidade técnica, caso aplicável.
3. O não cumprimento do referido em 2. implicará a rejeição do material;
4. Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do contrato para o local de entrega são da responsabilidade do adjudicatário.

#### **Artigo 8.º | Conformidade dos bens**

1. O adjudicatário obriga-se a entregar ao contraente público os bens objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos, incluindo a conformidade com a amostra entregue durante a tramitação procedimental, caso aplicável.

2. Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam, devem ser igualmente adequados às utilizações habitualmente dadas aos bens do mesmo tipo e, ainda, terem as qualidades e o desempenho habituais nos bens do mesmo tipo e que a entidade adjudicante pode razoavelmente esperar, atendendo à natureza do bem e, eventualmente, às declarações públicas sobre as suas características concretas feitas pelo produtor ou pelo seu representante, nomeadamente na publicidade ou na rotulagem.
3. O adjudicatário é responsável, perante o contraente público, por qualquer discrepância dos bens objeto do contrato, que exista no momento em que os bens lhe são entregues.

#### **Artigo 9.º | Inspeção dos bens**

1. Efetuada a entrega dos bens objeto do contrato, o contraente público, por si ou através de terceiro por ele designado, procede, no prazo de 10 (dez) dias, à inspeção quantitativa e qualitativa dos mesmos, com vista a verificar, respetivamente, se os mesmos correspondem às quantidades estabelecidas e se reúnem as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.
2. A inspeção qualitativa a que se refere o número anterior incide sobre os bens fornecidos, sendo efetuada através de testes e por peritos técnicos do contraente público, para verificação das características, especificações e requisitos qualitativos.
3. Durante a fase da inspeção qualitativa, o adjudicatário deve prestar aos serviços competentes do contraente público toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar durante a realização daquela inspeção, através de pessoas devidamente credenciadas para o efeito.
4. Quando a inspeção qualitativa for efetuada com recurso a serviços, contratados especificamente para esse efeito, os encargos daí decorrentes, devidamente comprovados, são da responsabilidade do adjudicatário.

#### **Artigo 10.º | Inconformidades ou discrepâncias**

1. No caso de a inspeção qualitativa indicada no artigo anterior não comprovar a total conformidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos, o contraente público deve disso informar, por escrito, o adjudicatário.

2. No caso previsto no número anterior, o adjudicatário deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pelo contraente público, às substituições necessárias para garantir o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos anteriormente referidos.
3. Após a realização das substituições necessárias pelo adjudicatário, no prazo respetivo, o contraente público procede à realização de nova inspeção qualitativa, nos termos do artigo anterior.
4. Sem prejuízo da aplicação de outras penalidades ou sanções previstas no presente contrato ou determinadas por lei, o cumprimento defeituoso do fornecimento de bens terá um efeito suspensivo sobre a faturação e sobre o pagamento até à total regularização da situação.

#### **Artigo 11.º | Aceitação dos bens**

1. Caso se comprove a total operacionalidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, e não sejam detetados quaisquer defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no anexo ao presente Caderno de Encargos, deve ser emitido, no prazo máximo de 5 dias a Guia de Receção (GR).
2. Com a assinatura da GR a que se refere o número anterior, ocorre a transferência da posse e da propriedade dos bens objeto do contrato para o Instituto Hidrográfico, bem como do risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o fornecedor.
3. A assinatura da GR a que se refere o n.º 1 não implica a aceitação de eventuais defeitos ou de discrepâncias dos equipamentos objeto do contrato com as exigências legais ou com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no anexo ao presente Caderno de Encargos.

#### **Artigo 12.º | Rejeição dos fornecimentos**

1. Os bens rejeitados são considerados para todos os efeitos como não entregues.
2. Estas rejeições serão alvo de notificação ao adjudicatário, sendo as remoções dos bens feitas por conta e risco do mesmo.
3. Passados 8 dias sobre a respetiva notificação, se os bens rejeitados continuarem nas instalações do contraente público sem serem removidos, entende-se que estes passam para sua posse como incapazes.

---

### **Artigo 13.º | Fatura Eletrónica**

O adjudicatário deverá emitir faturas eletrónicas nos termos do estabelecido no Decreto-Lei n.º 123/2018, de 28 de dezembro e demais do normativo em vigor.

### **Artigo 14.º | Garantia dos bens**

1. A garantia dos bens importa o compromisso de o adjudicatário se responsabilizar perante a entidade adjudicante, sem quaisquer encargos adicionais para este, de substituir, reparar ou ocupar-se de qualquer modo e, ainda, de reembolsar o preço pago, no caso de este não corresponder às condições enumeradas na sua proposta.
2. Por reparação do bem entende-se que, na falta de conformidade do bem, a reposição do bem de consumo em conformidade com o presente contrato.
3. Se por força da lei nada obstar em contrário, todas as obrigações descritas no presente contrato relativas à garantia dos bens são da exclusiva responsabilidade do adjudicatário.

### **Artigo 15.º | Dever de sigilo**

1. O fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Instituto Hidrográfico, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O fornecedor deverá guardar sigilo quanto a informações que possa obter no âmbito da execução do presente Caderno de Encargos, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

---

## SECÇÃO II - Obrigações da Entidade Adjudicante

### Artigo 16.º | Preço base e contratual

1. O preço base para o procedimento é de **9.500,00 € (nove mil e quinhentos euros)**, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.
2. Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Instituto Hidrográfico deve pagar ao fornecedor o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
3. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente os relativos aos bens como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

### Artigo 17.º | Condições de pagamento

1. As quantias devidas pelo Instituto Hidrográfico, nos termos da(s) cláusula(s) anterior(es), deve(m) ser paga(s) no prazo de 60 dias após a receção pelo Instituto Hidrográfico das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a assinatura do auto de receção respetivo.
3. Em caso de discordância por parte do Instituto Hidrográfico, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
4. Desde que devidamente emitidas e observando o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de transferência bancária.

## CAPÍTULO III – PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

### Artigo 18.º | Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Instituto Hidrográfico pode exigir do fornecedor o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

- a) Pelo incumprimento das datas e prazos do fornecimento dos bens objeto do contrato; até  $P = VxA/500$ , em que o P corresponde ao montante da penalidade, V é igual ao valor do fornecimento do serviço em atraso e A é o número de dias em atraso.
- b) Pelo incumprimento da obrigação de garantia técnica até  $P = VxA/500$ , em que o P corresponde ao montante da penalidade, V é igual ao valor do fornecimento do serviço em atraso e A é o número de dias em atraso.
- c) Pelo incumprimento da obrigação de continuidade de fabrico e de fornecimento até 20% do preço contratual.
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do fornecedor, o Instituto Hidrográfico pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 20% do preço contratual.
3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo fornecedor ao abrigo da alínea a) do n.º 1, relativamente aos bens objeto do contrato cujo atraso na entrega tenha determinado a respetiva resolução.
4. Na determinação da gravidade do incumprimento, o Instituto Hidrográfico tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento.
5. O Instituto Hidrográfico pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Instituto Hidrográfico exija uma indemnização pelo dano excedente.

#### Artigo 19.º | Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:



- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
  - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
  - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
  - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
  - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
  - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

#### **Artigo 20.º | Resolução por parte do contraente público**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previsto na lei, o Instituto Hidrográfico pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:
- a) Atraso, total ou parcial, no fornecimento dos bens objeto do contrato superior a três meses ou declaração escrita do fornecedor de que o atraso em determinada entrega excederá esse prazo;
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao fornecedor e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo Instituto Hidrográfico.

#### **Artigo 21.º | Resolução por parte do adjudicatário**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o fornecedor pode resolver o contrato quando:

- a) Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 6 meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros;
2. O direito de resolução é exercido por via judicial nos termos da cláusula 23.<sup>a</sup>.
3. Nos casos previstos na alínea a) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Instituto Hidrográfico, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
4. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

#### **Artigo 22.º | Execução da caução**

Nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP, não foi exigida caução.

### **CAPÍTULO IV – DISPOSIÇÕES FINAIS**

#### **Artigo 23.º | Comunicações e notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

#### **Artigo 24.º | Subcontratação e cessão da posição contratual**

A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

#### **Artigo 25.º | Contagem dos prazos**

1. Na fase de formação dos contratos aplica-se o disposto no artigo 470º do CCP.
2. Na fase de execução dos contratos aplica-se o disposto no artigo 471º do CCP.

#### **Artigo 26.º | Legislação aplicável**

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente Caderno de Encargos aplica-se a legislação portuguesa e, em especial, o regime constante do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º

18/2008, de 29 de janeiro, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, o qual prevalece sobre as disposições que lhes sejam desconformes.

#### **Artigo 27.º | Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo do círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

**ANEXO A – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS****AQUISIÇÃO DE MESAS E CADEIRAS PARA A SALA DO CONSELHO CIENTÍFICO****1. Objetivo**

O presente documento visa estabelecer os requisitos técnicos obrigatórias com vista à aquisição dos seguintes artigos:

| Lote | Designação  | Quantidade | Preço Base Total (s/ IVA) |
|------|---|------------|---------------------------|
| 1    | Mesa - Ref. ESPAP 1.22/Ref. interna T2.1.22, com estrutura e tampo na cor cinza | 32         | 6 000,00 €                |
|      | Mesa - Ref.ESPAP 1.23/Ref. interna T2.1.23, com estrutura e tampo na cor cinza  | 2          |                           |
| 2    | Cadeira - Ref. ESPAP 2.8/Ref. interna WK2.1, com revestimento na cor preta      | 40         | 3 500,00 €                |

Os artigos identificados devem cumprir com os requisitos enumerados nos anexos ao caderno de encargos do procedimento por concurso limitado por prévia qualificação, com publicidade internacional, designado por Acordo Quadro para o fornecimento de mobiliário, desenvolvido pela Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P., que se enumeram nos parágrafos seguintes.

## 2. Condições técnicas gerais

| 1. GENERALIDADES                       |  |
|--|--|
| 1.1                                    | Estas condições técnicas aplicam-se aos Lotes do AQ Mobiliário   |
| 1.2                                    | As especificações técnicas aplicáveis a cada peça de mobiliário e respectivos materiais e componentes, ainda que não constem da respectiva descrição, consideram-se parte integrante da sua caracterização.  |
| 1.3                                    | As características a adotar para o mobiliário, ainda que não explicitadas nas especificações técnicas, devem salvaguardar o cumprimento das regras e recomendações aqui enunciadas.  |
| 2. CARACTERÍSTICAS GERAIS DE CONCEPÇÃO |  |
|  | A concepção das peças do mobiliário tem de corresponder às funções de utilização previstas e aos níveis étanos dos utentes (se aplicável), de acordo com níveis de qualidade e resistência exigíveis. Em especial, as peças de mobiliário têm de obedecer às seguintes condições:  |
| 2.1                                    | Apresentar características ergonómicas que permitam as melhores condições de conforto e segurança e o melhor rendimento das actividades a que se destinam.   |
| 2.2                                    | Apresentar características de boa estabilidade em todas as condições de utilização previsíveis.  |
| 2.3                                    | Apresentar resistência compatível com uma utilização intensiva.  |
| 2.4                                    | Apresentar soluções integradas numa linha coerente de concepção. As diferentes peças de mobiliário, em especial quando se destinam a formar conjunto, têm de obedecer a um sistema conjugado de formas, concepção estrutural e selecção de materiais.  |
| 2.5                                    | Apresentar soluções que permitam deslocamentos frequentes e facilidade de transporte. Salvo indicação em contrário, a concepção da estrutura tem de permitir soluções tão leves quanto possível e com adequada economia de execução, sem prejuízo da necessária resistência mecânica e estabilidade.   |
| 2.6                                    | Apresentar soluções sem componentes desmontáveis ou reguláveis, salvo nos casos previstos nas especificações técnicas.   |
| 2.7                                    | Apresentar soluções sem elementos agressivos ou quaisquer outros que possam interferir com a posição normal dos utentes.   |
| 2.8                                    | Apresentar soluções que permitam reduzir ao mínimo os trabalhos os trabalhos de limpeza, conservação e reparação.  |
| 3. CONDIÇÕES GERAIS DE EXECUÇÃO        |  |
|  | A execução das peças de mobiliário tem de adequar-se às características de concepção e aos níveis de qualidade pretendidos, de acordo com as especificações técnicas. Em especial, a execução tem de obedecer às seguintes condições:  |
| 3.1                                    | Utilizar materiais e componentes de acordo com as indicações das especificações e o especificado nos pontos 5, 6 e 7 destas condições técnicas.  |
| 3.2                                    | Utilizar processos de fabrico e montagem que permitam obter as características exigidas, nomeadamente as que são verificadas pelos ensaios referidos no ponto 9 destas condições técnicas.   |
| 3.3                                    | Utilizar processos de ligação ou fixação que não permitam a desmontagem de componentes por acção do uso ou dos utilizadores. Salienta-se em especial a fixação do assento e das costas das cadeiras, a fixação do tampo das mesas e a fixação dos calços de protecção antidesgaste nos pontos de apoio no solo.  |
| 3.4                                    | Apresentar acabamentos sem superfícies ásperas, sem arestas ou cantos contundentes e sem defeitos aparentes (amolgadelas, distorções, manchas, escorrimentos, fissuras, etc.), mesmo quando não prejudiquem a resistência e a durabilidade das peças.  |
| 3.5                                    | Permitir fácil realização de trabalhos de conservação e reparação, sem recurso a meios onerosos e técnicas especializadas e reduzindo ao mínimo a necessidade de substituição de componentes devido a desgaste.  |
| 3.6                                    | Permitir fácil limpeza ou lavagem com produtos correntes, sem degradação das características iniciais de materiais e componentes.  |
| 3.7                                    | Incluir, nos casos previstos nas especificações, dispositivos para fixação à parede ou ao pavimento e cabos para ligação à rede eléctrica. Nestes casos, e salvo indicação em contrário, a ligação ou fixação constitui parte integrante dos trabalhos de execução e fornecimento.   |
| 4. CARACTERÍSTICAS DIMENSIONAIS        |  |
| 4.1                                    | As principais dimensões das peças de mobiliário constam das respectivas especificações, com as tolerâncias indicadas.  |
| 4.2                                    | Admite-se quanto às dimensões do mobiliário, uma tolerância de 100 mm para mais ou para menos relativamente aos valores especificados em Anexo, excepto em casos em que é indicada especificamente a tolerância admida.  |
| 5. MATERIAIS E COMPONENTES             |  |
| 5.1 Madeiras                           |  |
| 5.1.1                                  | A madeira a empregar tem de ter características próprias para mobiliário, em particular no que se refere à sua resistência mecânica, facilidade de laboração, estabilidade dimensional e durabilidade.   |
| 5.1.2                                  | São aceites elementos de madeira maciça reconstituída (por colagem de topo e/ou de canto de peças de menores dimensões), desde que as juntas coladas apresentem resistência e aspeto adequados e se encontrem uniformemente distribuídas. Na produção desses elementos têm de ser usadas colas vinílicas claras ou outras de resistência e durabilidade não inferiores.  |
| 5.1.3                                  | O tratamento da madeira, quando efectuado, tem de ser feito com produtos compatíveis com os acabamentos e ferragens a utilizar (NP 2080).  |
| 5.1.4                                  | O mobiliário e seus componentes têm de ser fornecidos com um teor de água (humidade) entre 10 e 14%.   |
| 5.1.5                                  | As peças de madeira a empregar têm de ser isentas de medula, ter fio direito e apresentar desenho e coloração homogêneas. No caso da madeira de pinho, esta tem de apresentar um ritmo de crescimento igual ou superior a 2 anéis por centímetro, medido na direcção radial.   |
| 5.1.6                                  | A madeira tem de ser isenta de ardido ou cardido, de azulado, de podridão e de furos ou galerias de insectos. Igualmente tem de ser isenta de fendas, descaio, bolsas de resina ou qualquer outro defeito que comprometa a sua durabilidade e o seu aspeto.  |
| 5.1.7                                  | A madeira não pode ter nós solitários nem nós de diâmetro superior a 15mm, nós agrupados ou quaisquer outros nós que possam comprometer a resistência mecânica ou a boa aparência das peças em que ocorrem.  |
| 5.1.8                                  | Na execução do mobiliário de madeira, as juntas têm de ser feitas com ligações coladas de tipo apropriado, com eventual recurso a cavilhas de madeira dura. As colas devem ser sintéticas (por exemplo, vinílicas ou de ureia-formaldeído). O teor de formaldeído tem de corresponder à classe B da EN 3165-1, sendo inferior ou igual a 8 mg HCHO/m <sup>3</sup> .  |
| 5.1.9                                  | No mobiliário de madeira, os elementos móveis ou simplesmente apoiados (portas, gavetas ou prateleiras) têm de ser executados por forma a evitar-se o seu empeno.  |
| 5.1.10                                 | O acabamento final das peças de madeira tem de permitir o seu envernizamento na cor natural, salvo indicação em contrário.   |
| 5.2 Derivados da Madeira               |  |
|  | Os derivados de madeira não podem ser utilizados em contacto directo com água ou em locais com excessiva humidade relativa do ar (superior a 80%), durante períodos prolongados.   |
| 5.2.1                                  | Aglomerados de partículas: <ul style="list-style-type: none"> <li>a. Os aglomerados a empregar em locais secos têm de obedecer às exigências mencionadas no QUADRO 1. Têm de ser revestidos em ambas as faces e bordos, mesmo quando aplicados em partes não visíveis.</li> <li>b. Em locais moderadamente húmidos (por exemplo, cantinas), os aglomerados têm de obedecer às exigências referidas no QUADRO 2. Neste caso, a colagem dos elementos de revestimento tem de ser feita com colas resistentes à humidade, satisfazendo no mínimo a classe 2 da EN 314-2.</li> <li>c. Para a espessura de 22 mm (tampas de mesa) têm de apresentar ainda as seguintes características (valores mínimos): <ul style="list-style-type: none"> <li>- massa volúmica: 650 kg/m<sup>3</sup>;</li> <li>- resistência ao arranque de parafusos (perpendicularmente à face): 70 kg.</li> </ul> </li> </ul> |
| 5.2.2                                  | Aglomerados de macropartículas de madeira (OSB) <ul style="list-style-type: none"> <li>a. Os aglomerados a empregar em locais secos têm de obedecer às exigências mencionadas no QUADRO 3. Têm de ser revestidos em ambas as faces e bordos, mesmo quando aplicados em partes não visíveis.</li> <li>b. Em locais húmidos (por exemplo, cantinas e banheiros) os aglomerados têm de obedecer às exigências referidas no QUADRO 4. Neste caso, a colagem dos elementos de revestimento tem de ser feita com colas resistentes à humidade satisfazendo no mínimo a classe 2 da EN 314-2.</li> </ul>  |
| 5.2.3                                  | Aglomerados de fibras de média densidade (MDF) <ul style="list-style-type: none"> <li>a. Os aglomerados a empregar em locais secos têm de obedecer às exigências mencionadas no QUADRO 5. Têm de ser protegidos em ambas as faces e bordos, mesmo quando aplicados em partes não visíveis.</li> <li>b. Em locais moderadamente húmidos (por exemplo, cantinas) os aglomerados têm de obedecer às exigências referidas no QUADRO 6. Neste caso, a colagem dos elementos de revestimento tem de ser feita com colas resistentes à humidade (classe 2 da EN 314-2).</li> </ul>  |
| 5.2.4                                  | Contraplacados <ul style="list-style-type: none"> <li>a. Os contraplacados têm de ser constituídos por folhas em número ímpar e de espessura conveniente, tendo em conta o fim a que se destinam. Entre placas de igual espessura e com diferente número de folhas, deve preferir-se aquelas que apresentem maior número de folhas.</li> </ul>   |



|   |  |
|---|--|
|   | b. Para aplicação em locais secos, a colagem das folhas tem de obedecer às exigências relativas à classe 1, descritas na EN 314-2. Para locais húmidos, tem de optar-se por colagem correspondente à classe 2 referida na mesma Norma.   |
|   | c. As folhas de revestimento em ambas as faces devem preferencialmente não ter juntas. Em alternativa, as juntas têm de ser perfeitamente unidas, não sobrepostas e perfeitamente coladas em toda a extensão das superfícies de contacto. As folhas de revestimento não podem apresentar defeitos (nós, fendas, bolsas) ou degradação biológica, variações de cor e de desenho. A colagem das folhas de revestimento tem de obedecer sempre ao nível de exigência da colagem do contraplacado.                                     |
| 5.2.5   | <b>Lamelados folheados</b>   |
|   | a. Os lamelados folheados têm de ser executados com lamelas de madeira maciça (isenta de ataque de insectos ou de fungos de podridão, coladas entre si. Em elementos móveis ou simplesmente apoiados, as placas de lamelado folheado devem geralmente ser aplicadas por forma a que a direcção das fibras das lamelas corresponda à maior dimensão da placa.   |
|   | b. Idênticas características têm de ter as folhas de revestimento, a aplicar nas duas faces e nos bordos (EN 314-1 e 2).   |
| <b>5.3 Elementos Estruturais Metálicos</b>        |  |
| 5.3.1   | Os elementos estruturais metálicos (chapas, tubos e outros perfis) têm de ser de aço macio fabricado segundo as normas aplicáveis.   |
| 5.3.2   | A escolha dos tipos de chapas ou perfis a utilizar tem de ser feita de acordo com as exigências estruturais de cada peça de mobiliário, ficando ao critério do fabricante, sempre que não esteja indicada na especificação.  |
| 5.3.3   | As características físicas e químicas dos elementos metálicos, designadamente a resistência mecânica, resistência à corrosão, textura e dimensões têm de ser homogêneas, constantes e adequadas à utilização prevista.   |
| 5.3.4   | O corte e a dobragem dos elementos metálicos, bem como a sua ligação a outros elementos, têm de ser feitos por forma a não alterar as suas características iniciais e a não comprometer a resistência e a segurança das peças de mobiliário.   |
| 5.3.5   | As soldaduras e outras ligações entre elementos metálicos têm de ser feitas pelos processos mais indicados para cada caso e permitir a criação de estruturas rígidas e indeformáveis, com as formas e dimensões indicadas nas especificações e com resistência e durabilidade compatíveis com os níveis de exigência pretendidos.  |
| 5.3.6   | O acabamento dos elementos metálicos não pode apresentar rebarbas, saliências, arestas ou cantos contundentes, bem como quaisquer outros defeitos visíveis, incluindo vestígios de acção das ferramentas. As extremidades dos tubos, mesmo as não visíveis, têm de ser obturadas por peças não removíveis.   |
| 5.3.7   | A pintura das estruturas metálicas tem de ser precedida de tratamento adequado à corrosão (ver 7.1) e preceder a sua ligação ou montagem com componentes de outros materiais.  |
| 5.3.8   | As ligações das estruturas metálicas a componentes de outros materiais têm de garantir a necessária solidez do conjunto e não ser desmontáveis por acção do uso ou dos utilizadores.   |
| 5.3.9   | As estruturas metálicas constituídas por elementos componíveis, previstas nas especificações, têm de ser montadas pelo fornecedor nos locais a que se destinam.  |
| <b>5.4 Superfícies Cerâmicas</b>                  |  |
| 5.4.1   | A superfície dos quadros para escrita com marcador, tem de ser em porcelana branca, vitrificada a 800°C. O comportamento da superfície de escrita, deve estar de acordo com o nível 3, da Norma EN 14434, quando se destinar à utilização em instituições de ensino.   |
| 5.4.2   | Na superfície dos quadros destinados ao ensino de música ou da matemática, as linhas devem ser gravadas na superfície.   |
| <b>5.5 Vidros</b>                                 |  |
| 5.5.1   | As chapas de vidro não podem ter deformações globais ou parciais visíveis à vista desarmada, não podendo igualmente apresentar defeitos tais como manchas, bolhas, riscos, etc.  |
| 5.5.2   | O vidro a aplicar tem de ser liso, transparente e incolor, com as espessuras indicadas nas especificações. Quando em portas de correr, as arestas têm de ser boleadas ou biseladas.  |
| <b>5.6 Corticite</b>                              |  |
|   | As placas de corticite têm de ser de textura fina e homogênea, com características próprias para a fixação temporária de documentos e com a espessura indicada nas especificações. Os grânulos de corticite devem ter dimensões entre 1 e 2mm. A densidade do material deve estar compreendida entre 150 / 210 kg/m³   |
| <b>5.7 Materiais de Revestimento e Enchimento</b> |  |
| 5.7.1   | Os materiais de revestimento (napa ou tecidos) a utilizar no mobiliário estofado têm de ser resistentes, laváveis, de cor inalterável e pertencer no mínimo à classe de reacção ao fogo M2, conforme a Norma EN 1021 – 1 e EN 1021 – 2.  |
| 5.7.2   | As espumas sintéticas a utilizar em estofos têm de possuir massa volumica apropriada com valores de 45 kg/m³ no caso de espumas de poliuretano, ou ligeiramente inferiores (cerca de 10%) para o poliéster.  |
| 5.7.3   | A aplicação tem de ser feita em uma ou várias camadas, de acordo com as características pretendidas. A espessura mínima a aplicar é, em qualquer caso, de 40 mm.   |
| <b>5.8 Plásticos Rígidos</b>                      |  |
|   | Os componentes em plástico rígido a aplicar têm de ter características de solidez, durabilidade e aparência adequadas à utilização para que são previstos. Qualquer que seja a sua composição, têm de ser de difícil combustão, resistentes ao envelhecimento e de cores inalteráveis à luz. Não podem ter defeitos aparentes  |
| <b>6. COMPONENTES</b>                             |  |
| <b>6.1 Ferragens Diversas</b>                     |  |
| 6.1.1   | As ferragens a aplicar têm de ser de modelos adequados aos requisitos funcionais e às características das peças de mobiliário a que se aplicam, garantindo as melhores condições de funcionamento e comportamento.   |
| 6.1.2   | As ferragens sujeitas a qualquer tipo de movimento têm de permitir fácil manipulação dos componentes a que se aplicam e resistir a utilização intensiva sem desgaste apreciável nem degradação das suas características iniciais.  |
| 6.1.3   | Todas as ferragens têm de ser protegidas contra a oxidação, nomeadamente as que se encontram sujeitas a fricção e desgaste. O tipo de protecção e o acabamento final das ferragens deve variar em função dos materiais e acabamentos das peças de mobiliário.  |
| 6.1.4   | A ligação das ferragens às peças de mobiliário não pode ser degradável pelo uso nem facilmente desmontável pelos utilizadores. Nomeadamente, no caso de dobradiças, puxadores, fechaduras, etc., não podem existir parafusos acessíveis ou quaisquer outros elementos que possam desmontar-se a partir do exterior das peças de mobiliário.  |
| 6.1.5   | As dobradiças a aplicar em armários têm de permitir a abertura total das portas sem batimento nas ilhargas e sem provocar esforços que originem a degradação das portas ou da sua fixação.   |
| 6.1.6   | Os cabides a utilizar em régua de cabides e bancos para vestiários têm de estar em conformidade com as especificações e não sofrer qualquer deterioração quando sujeitos à acção de uma carga estática de 70 N. O seu processo de fixação não pode permitir fácil arrancamento ou desmontagem.   |
| 6.1.7   | Os rebites a utilizar, em especial na fixação do assento e das costas de cadeiras e bancos, não podem apresentar saliências nem deformações que comprometam o aspeto e a resistência da fixação ou que prejudiquem a comodidade dos utentes.   |
| 6.1.8   | Os parafusos a utilizar em aglomerados têm de ser exclusivamente do tipo Parker-Kalon ou equivalente, e em especial, no caso das mesas, não podem ser de fácil acesso aos utilizadores.  |
| <b>6.2 Fechaduras e Fechos</b>                    |  |
| 6.2.1   | As fechaduras a aplicar têm de ser de canhão tipo Yale ou equivalente, de modelo adaptado aos elementos de abrir a que se destinam. A sua colocação tem de ser feita segundo as indicações das especificações e ter em conta o nível de segurança exigido.   |
| 6.2.2   | As chaves, a fornecer em duplicado, têm de ser numeradas e ter as combinações necessárias para impedir a sua utilização em fechaduras diferentes.  |
| 6.2.3   | Nas portas dos armários têm de utilizar-se fechos de Cremona.  |
| 6.2.4   | O acabamento e a fixação das fechaduras e dos fechos têm de ser feitos, no que for aplicável, de acordo com o referido em 6.1.   |
| 6.2.5   | Nos armários cacifos, ou outros, quando indicado nas especificações, deverá ser utilizado um sistema de fecho em poliamida para cadeado e com chave, com lingueta interior, metálica.  |
| 6.2.6   | Nos armários cacifos, ou outros, quando indicado nas especificações, deverá ser utilizado um sistema com código, com lingueta interior, metálica.  |
| <b>6.3 Calços de Apoio no Solo</b>                |  |
|   | Os calços de apoio no solo para protecção anti-ruído e antidesgaste têm de ser em poliamida (salvo outra indicação), satisfazer os ensaios correspondentes referidos no QUADRO 11, e não ser desmontáveis por acção do uso. Para este efeito, se necessário, tem de ser feita a respectiva fixação por meio de rebite ou por deformação apropriada das extremidades em que se aplicam. A dimensão deve ser ajustada ao tipo de móvel, ou de acordo com as dimensões definidas nas especificações.                                  |
| <b>6.4 Niveladores</b>                            |  |
|   | Os niveladores a aplicar nos casos previstos nas especificações têm preferencialmente de ser em poliamida, pelo menos na camada de desgaste em contacto com o solo. Não podem ser desmontáveis nem apresentar folgas, qualquer que seja a posição de nivelamento. A rosca não pode ter diâmetro inferior a 15 mm (poliamida) ou 3/8" (metal). A sua colocação deve permitir fácil acesso e utilização, em particular no caso dos armários. O diâmetro dos niveladores deve estar de acordo com o tipo de móvel e carga a suportar. |

|   |  |
|---|--|
| <b>6.5 Rodízios</b>                       |  |
| 6.5.1                                     | Os rodízios a aplicar em cadeiras têm de ser multidirecionais, com roda dupla e pala de proteção. O diâmetro mínimo do rodizio é de 50 mm e a carga admissível por rodizio não pode ser inferior a 400 N.  |
| 6.5.2                                     | Os rodízios a aplicar noutras peças de mobiliário têm de estar de acordo com as respectivas especificações. Salvo outra indicação, as rodas têm de ter rasto de borracha com largura não inferior a 20 mm. A carga admissível por rodizio não pode ser inferior a 500 N. As partes metálicas têm de ser protegidas contra a oxidação.  |
| <b>6.6 Dispositivos de Regulação</b>      |  |
| 6.6.1                                     | Os dispositivos de regulação a aplicar em assentos e planos de trabalho, nos casos previstos nas especificações, têm de ser resistentes a utilização intensiva. Não podem ter componentes que possam desmontar-se por ação do uso ou dos utilizadores, nomeadamente no que se refere aos manipuladores. Dentro dos limites de regulação previstos, todas as posições têm de permanecer fixas, estáveis e sem quaisquer folgas.   |
| 6.6.2                                     | Os dispositivos para regulação de prateleiras, a aplicar em armários, têm de igualmente resistentes e de fácil manejo, preferindo-se soluções sem componentes amovíveis (salvo indicação contrária).   |
| 6.6.3                                     | Os dispositivos de regulação obtidos através de veios roscados têm de satisfazer os requisitos técnicos de concepção aplicáveis ao tipo de rosca em presença. Nos casos de bancos ou cadeiras giratórias cujo movimento ascendente/descendente se faça através de veio roscado, recomenda-se uma altura da rosca interior (porca) não inferior a 70 mm.  |
| <b>6.7 Dispositivos de Fixação</b>        |  |
| 6.7.1                                     | Os dispositivos de fixação à parede ou ao pavimento, a incluir nos casos indicados nas especificações, têm de possibilitar fixações sólidas e permanentes, não facilmente desmontáveis mas permitindo eventual levantamento e recolocação das peças a fixar.   |
| 6.7.2                                     | No caso particular das bancadas, a fixação ao pavimento tem de ser feita por meio de componentes resistentes à corrosão (chapa galvanizada ou inox) e tem de garantir a estabilidade das bancadas, sem quaisquer folgas, em condições de utilização intensiva e prolongada.  |
| <b>6.8 Ligações Elétricas</b>             |  |
| 6.8.1                                     | As bancadas de eletridade / eletrónica do lote de mobiliário escolar deverão incluir um cabo de alimentação devidamente dimensionado, de acordo com as exigências das respetivas fichas de especificação técnica, para ligação aos pontos de alimentação, como caixas de derivação ou outros que têm disponíveis bornes de ligação.  |
| <b>7. ACABAMENTOS</b>                     |  |
| <b>7.1 Pintura</b>                        |  |
| 7.1.1                                     | A aplicação de pintura tem de ser feita em todas as superfícies expostas, mesmo que não sejam visíveis.  |
| 7.1.2                                     | As superfícies a pintar têm de estar perfeitamente acabadas, sem rugosidades perceptíveis pelo tacto, sem vestígios da acção de lixas ou ferramentas e sem arestas ou cantos contundentes.   |
| 7.1.3                                     | No caso de componentes metálicos, a pintura tem de ser aplicada antes da sua ligação ou montagem com componentes de outros materiais.  |
| 7.1.4                                     | A preparação das superfícies a pintar tem de incluir a limpeza, desengorduramento e aplicação duma base antioxidante (fosfatização e primário, ou processo de resultados equivalentes).  |
| 7.1.5                                     | As tintas a aplicar, com base em resinas epoxídicas e de poliéster, têm de ser adequadas aos materiais e características pretendidas para o mobiliário.  |
| 7.1.6                                     | A pintura tem de ser obtida, após adequada preparação da base, mediante aplicação de tinta em pó termoendurecível. Em alternativa, caso seja admissível a aplicação de tintas líquidas, tem de prever-se uma a duas demãos de acabamento epoxídico, de acordo com as instruções do fabricante.   |
| 7.1.7                                     | O acabamento final da pintura tem de ser perfeitamente homogéneo e sem defeitos visíveis. As características das superfícies pintadas têm de satisfazer os ensaios aplicáveis, referidos no Quadro 13.   |
| <b>7.2 Envernizamento</b>                 |  |
| 7.2.1                                     | Os vernizes a aplicar (em madeiras ou derivados de madeira) têm de ser de poliuretano, incolores e de meio brilho.   |
| 7.2.2                                     | A aplicação de verniz tem de ser feita em todas as superfícies expostas, mesmo que não sejam visíveis.   |
| 7.2.3                                     | As superfícies a envernizar têm de estar perfeitamente acabadas, sem rugosidades perceptíveis pelo tacto, sem vestígios da acção de lixas ou ferramentas e com arestas e cantos boleados.  |
| 7.2.4                                     | A aplicação dos vernizes tem de ser feita de acordo com as instruções dos respectivos fabricantes, prevendo-se em princípio uma demão de tapa-poros e uma ou duas demãos de verniz, com lixagens intermédias. O acabamento tem de ser de poro fechado, perfeitamente liso e sem defeitos visíveis.   |
| 7.2.5                                     | As características finais das superfícies envernizadas têm de satisfazer os ensaios aplicáveis, referidos no Quadro 13.  |
| <b>7.3 Termolaminados ou Equivalentes</b> |  |
| 7.3.1                                     | Os termolaminados ou equivalentes a aplicar têm de ser meio brilho, e ter a espessura indicada nas especificações.   |
| 7.3.2                                     | As características dos termolaminados ou equivalentes têm de satisfazer os ensaios aplicáveis, referidos no Quadro 13.   |
| 7.3.3                                     | A aplicação dos termolaminados ou equivalentes sobre placas de aglomerado, contraplacado, lamelado, etc. tem de ser feita nas duas faces, por meio de colas sintéticas apropriadas (vinílicas, de ureia-formaldeído ou outras).  |
|   | As arestas das placas dos termolaminados ou equivalentes têm de ser devidamente boleadas ou chanfradas, sempre que não estejam protegidas por encabeçamentos.  |
| <b>7.4 Cores</b>                          |  |
| 7.4.1                                     | As cores a definir pela entidade nos procedimentos celebrados ao abrigo do presente Acordo Quadro, devem respeitar as normas e regulamentos da tutela, permitindo uma maior homogeneidade, flexibilidade, compatibilidade de utilização e localização no local. Estas cores devem minimizar o impacto visual entre o novo e o existente, designadamente nos casos de aquisição pontual e em quantidades muito limitadas, para suprir pequenas necessidades do local.   |
| <b>8. REFERENCIAÇÃO DO MOBILIÁRIO</b>     |  |
|   | Caso assim o entenda, a entidade adquirente poderá requerer que todas as peças de mobiliário sejam identificadas com referência a definir pela entidade. Esta identificação tem de ser colocada em lugar bem visível (excluindo as principais superfícies de utilização) e ser feita por gravação ou fixação de chapa não facilmente removível e de difícil deterioração, ou através da fixação de etiquetas autocolantes, a decidir pela entidade adjudicante.  |
| <b>9. ENSAIOS</b>                         |  |
| 9.1                                       | Os ensaios a realizar para Cadeiras, Mesas e Mobiliário de armário são indicados nos – QUADROS 7, 8, 9, 10 e 12  |
| 9.2                                       | Para os ensaios de resistência mecânica, as Cadeiras, Mesas e Mobiliário de armário têm de satisfazer, no mínimo, o nível de exigência 4 (se aplicável) indicado nos respectivos quadros. Como referência, poderão utilizar as especificações e/ou anteprojetos de especificação LNEC (Relatório 139/89; Relatório 149/89; Relatório 101/91), para além da norma EN 1729-2.  |
| 9.3                                       | Como referência para os ensaios indicados em 9.1 e 9.2, poderão utilizar as especificações e/ou anteprojetos de especificação LNEC (Relatório 139/89; Relatório 149/89; Relatório 101/91), para além da norma EN 1729-2.   |
| 9.4                                       | Para a totalidade do mobiliário, os acabamentos (Tintas, Vernizes, Termolaminados), devem estar de acordo com o Quadro 13.   |
| 9.5                                       | Os adjudicatários deverão, quando solicitado, fazer prova dos ensaios previstos no ponto 9.1 através de certificados de conformidade emitidos pelo LNEC, CTIMM, CATIM, ou outro organismo com sede no espaço comunitário europeu.  |
| 9.6                                       | Para os restantes ensaios, nomeadamente os decorrentes das normas EN 14434; EN 1021-1 e EN 1021-2 e EN 1335-2, os adjudicatários deverão fazer prova dos mesmos através de certificado do fabricante.  |
| <b>10. ERGONOMIA</b>                      |  |
|   | O mobiliário adquirido ao abrigo do Acordo Quadro, deverá respeitar a adequação funcional e a interação com o utilizador do ponto ergonómico, uma vez que as consequências adversas se refletem na segurança, saúde e bem-estar do utilizador e simultaneamente, na eficiência do sistema.<br>A aquisição deste material deve cumprir com o disposto na legislação nacional nomeadamente: Lei n.º 35/2014 de 20 de junho, na sua atual redação, que aprova a Lei Geral em Funções Públicas; Lei n.º 7/2009 de 12 de fevereiro, na redação atual, que aprova a revisão do Código do Trabalho; Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, que aprovou o Regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho; Decreto-Lei n.º 243/86 de 20 de agosto, que aprova o Regulamento Geral de Higiene e Segurança do Trabalho nos Estabelecimentos Comerciais, de Escritório e Serviços, entre outras.<br>As métricas associadas a equipamentos de escritório estão determinadas nas seguintes Normas: ISO 9241-11:2018 "Ergonomics of human-system interaction - Part 11: Usability. Definitions and concepts"; ISO/DIS 9241-110:2006 "Ergonomics of human-system interaction — Part 110: Interaction principles"; ISO 20282-1:2006 "Ease of operation of everyday products — Part 1: Design requirements for context of use and user characteristics". |

### 3. Requisitos técnicos específicos

| LOTE 1 - Mesas |                            |   |
|----------------|----------------------------|---|
| Ref. ESPAP     | Artigo                     | Requisitos mínimos  |
| 1.22           | Mesa de apoio para reunião | - Estrutura metálica com pintura epoxy  |
|                |                            | - Tampo de formato retangular, com espessura 22mm, variação admitida 3mm  |
|                |                            | - Deverá suportar 150kg suportados uniformemente pela sua superfície  |
|                |                            |   |
|                |                            | Dimensões do conjunto:  |
|                |                            | Comprimento - 1000mm  |
|                |                            | Largura - 600mm   |
|                |                            | Altura - 750mm  |
|                |                            | Variação admitida: 100x100x30mm   |
| 1.23           | Mesa retangular modular    | Estrutura e tampo de cor cinza  |
|                |                            | - Estrutura metálica com pintura epoxy  |
|                |                            | - Tampo de formato retangular, com espessura 22mm, variação admitida 3mm  |
|                |                            | - Deverá permitir a anexação das mesas entre si, possibilitando a criação de múltiplas configurações destinadas a reuniões, sessões de formação, conferências, apresentações e outras coletividades |
|                |                            |   |
|                |                            | Dimensões do conjunto:  |
|                |                            | Comprimento - 1400mm  |
|                |                            | Largura - 800mm   |
|                |                            | Altura - 750mm  |
|                |                            | Variação admitida: 100x100x30mm   |
|                |                            |   |
|                |                            | Estrutura e tampo de cor cinza  |

| LOTE 2 - Mesas |                         |   |
|----------------|-------------------------|---|
| Ref. ESPAP     | Artigo                  | Requisitos mínimos  |
| 2.8            | Cadeira fixa com braços | - Cadeira fixa, com braços                                  |
|                |                         | - Estrutura em aço  |
|                |                         | - Costa flexível  |
|                |                         | - 4 pés fixos   |
|                |                         | - Assento e costa acolchoados, revestidos a pele sintética. |
|                |                         |   |
|                |                         | Cor do revestimento preto                                   |